

As esquerdas radicais no distrito de Beja no decurso do processo revolucionário, 1974-1976

Constantino Piçarra

1. Introdução

O título da comunicação – “As Esquerdas Radicais no Distrito de Beja no Decurso do Processo Revolucionário, 1974-1976 – evidenciava uma intenção e que era a de fazer uma análise conjunta dos partidos e movimentos genericamente designados por esquerda radical, ou seja, no caso vertente, os partidos e movimentos marxistas-leninistas, o MES (Movimento de Esquerda Socialista) e o PRP – BR (Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias).

Na preparação da comunicação, no aspecto referente ao movimento m-l, surgiu o arquivo da UDP (União Democrática Popular) do distrito de Beja, que revelava um conjunto de informação interessante sobre a acção dos marxistas-leninistas no Baixo Alentejo. Nesta conformidade o foco da comunicação alterou-se para se centrar na análise da acção dos grupos m-l, decisão reforçada pelo papel importante desempenhado por estas formações políticas no movimento de massas, sobretudo na cidade de Beja, no período subseqüente a Abril de 1974.

Assim, o texto incide unicamente sobre a génese e acção dos movimentos m-l durante o processo revolucionário que se desenvolve a seguir ao golpe militar de 25 de Abril no distrito de Beja, dando uma atenção especial à relação destes grupos, mais concretamente do PCP (R) (Partido Comunista Português (Reconstruído)), com a luta dos assalariados rurais durante o período compreendido entre 1976 e 1978.

2. O surgimento dos grupos m-l no distrito de Beja nos pós 25 de Abril de 1974

À semelhança do PCP (Partido Comunista Português), que à revelia da sua direcção, tem uma sede aberta, em Pias, freguesia do concelho de Serpa,

a 26 de Abril de 1974¹, também a implantação dos movimentos políticos marxistas-leninistas no Baixo Alentejo se inicia logo a seguir ao golpe militar que depõe a ditadura em Abril de 1974.

O PCP (m-l) (Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista), facção Vilar, pseudónimo de Eduíno Gomes, marca logo presença, a 19 de Maio de 1974, em Baleizão, numa manifestação de homenagem a Catarina Eufémia, convocada pelo MDM (Movimento Democrático das Mulheres), que conta com a participação de Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, de Baleizão, membro do Comité Central do PCP, de Urbano e Miguel Urbano Tavares Rodrigues, também do PCP, e do Governador Civil interino de Beja, coronel Romão Loureiro².

A presença deste grupo de militantes afectos ao PCP (m-l), facção Vilar, vindos de Lisboa, traduzida na distribuição de propaganda e no empunhar de alguns cartazes com a sigla do partido, é prontamente isolada pelo PCP que os apelida de provocadores ao serviço da CIA.

Para além deste episódio, a implantação deste grupo político no Baixo Alentejo resume-se à constituição de uma célula de vida efémera, na Primavera de 1975, em Ferreira do Alentejo, e na realização de algumas acções de propaganda da AOC (Aliança Operária Camponesa), circunscritas a este concelho, no contexto das eleições de 1976 para a Assembleia da República, onde obtém no distrito 557 votos, 0,46% dos sufrágios neste círculo eleitoral³.

Com implantação diferente, porque duradoira e com real impacto nas movimentações sociais da sociedade do distrito de Beja nos pós 25 de Abril de 1974, temos diferentes organizações m-l as quais, em final de Dezembro de 1975, vão confluír, fundindo-se no PCP (R). Refiro-me às Comissões de Unidade Popular, que se constituem no seguimento das decisões da 1.ª Reunião Plenária, de Maio de 1974, do Comité Central do PCP (m-l), facção Mendes, pseudónimo de Carlos Janeiro, órgãos de base do PUP (Partido de Unidade Popular), frente de massas deste partido m-l. PUP que se forma em Dezembro de 1974 e que disputa as eleições do ano seguinte para a Assembleia Constituinte, obtendo no Baixo Alentejo 1.590 votos, 12% do total da sua votação nacional⁴. Refiro-me ao CMLP (Comité Marxista Leninista Português) que se reergue após o Congresso de dissolução do PCP (m-l), facção Mendes, que ocorre de 26 a 28 de Abril de 1975, o qual adquire o nome de 3.ª Conferência do CMLP. Refiro-me ao Comité Alentejo Vermelho (CAV), célula de cinco pessoas (três operários e dois intelectuais), cons-

¹ “Os centros de trabalho da Direcção Regional do Alentejo e Algarve”, *O Militante*, 4, Outubro, 1975.

² Cf. *Diário do Alentejo*, de 20/05/74.

³ Cf. eleicoes.cne.pt

⁴ Idem.

tituído, em Baleizão, organicamente à margem do movimento m-l, em 1969, mas que na formação ideológica dos seus membros tem papel decisivo, segundo depoimento de António Palminha⁵, membro da célula, o artigo “À esquerda de Cunhal todos os gatos são pardos” publicado no “Viva o Comunismo”, órgão dos CCRML (Comités Comunistas Revolucionários Marxistas Leninistas) e que, em Fevereiro de 1975, se transforma em célula do CARP (m-l) (Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista – Leninista), criado no início de 1973 e que no pós 25 de Abril de 1974 acolhe Francisco Martins Rodrigues, Ruy d’Espiney e João Pulido Valente, ex-dirigentes da FAP (Frente de Acção Popular) e do primitivo CMLP, organizações formadas entre Março e Abril de 1964. Refiro-me à UDP, constituída ainda em 1974, por iniciativa do CARP (m-l), dos CCRML e da URML (Unidade Revolucionária Marxista – Leninista) que nas eleições para a Assembleia Constituinte, no distrito de Beja, obtém 1.845 votos, 1,43% dos sufrágios, mais 0,64% que a percentagem nacional alcançada⁶. E refiro-me, por fim, à ORPC (m-l) (Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista), resultante, em Abril de 1975, da unificação de três organizações: o CARP (m-l), os CCRML e a URML, que de Julho a Outubro de 1975 mantém em funcionamento um Comité Regional do Alentejo e um Comité sub-regional de Beja, os quais de Novembro a finais de Dezembro do mesmo ano se unificam com a Organização Regional do Alentejo e o Comité de Zona de Beja do CMLP num caminho que anuncia a formação do PCP (R) a 27 de Dezembro de 1975⁷.

À implantação destes movimentos m-l no Baixo Alentejo, no período imediatamente subsequente ao 25 de Abril de 1974, mais concretamente o PUP e o CMLP, não é estranho o facto de Eduíno Gomes (Vilar), Carlos Janeiro (Mendes), José Janeiro (Afonso) e Ângelo Barreto (Ortigão), dirigentes do movimento m-l, serem naturais do Baixo Alentejo, de terem despertado para a política enquanto frequentadores, na década de 1960, das tertúlias da cidade de Beja opositoristas ao Estado Novo, nomeadamente a que funcionava no *atelier* do chefe dos pedreiros da firma Pinto Caeiro, Carlos Montes, onde se juntavam operários e intelectuais para discutir a revolução Cubana, e com quem vão mantendo contactos até aos inícios dos anos 70 do século passado, e os quais são retomados logo a seguir ao 25 de Abril⁸.

⁵ António Palminha, entrevista, Verão de 2016.

⁶ Cf. eleicoes.cnc.pt

⁷ Esta informação foi obtida a partir das datas dos comunicados emitidos pelo Comité Regional do Alentejo e Comité Sub-regional da ORPC (m-l), bem como da Organização Regional do Alentejo e Comité de Zona de Beja do CMLP. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

⁸ José Janeiro, entrevista, Verão de 2018.

Eduíno Gomes e Carlos Janeiro, os mais velhos dos quatro, terminados os estudos em Beja, vão para Lisboa onde se matriculam no Instituto Superior Técnico, sendo recrutados para a FAP/CMLP. José Janeiro, irmão mais novo de Carlos Janeiro, que fica em Beja desenvolvendo uma intensa actividade, juntamente com Ângelo Barreto, no cineclubes da cidade dirigido pelo advogado oposicionista Celso Pinto de Almeida, nas suas múltiplas visitas ao irmão na capital, trás com regularidade materiais de propaganda da FAP/CMLP que distribui nas tertúlias oposicionistas da capital do Baixo Alentejo⁹.

Após as prisões de finais de 1965, inícios de 1966, que atingem a direcção da FAP/CMLP e quase toda a organização, Eduíno Gomes e Carlos Janeiro saem do País. O primeiro para Bruxelas e o segundo para Paris. Perdidos os contactos com a organização, José Janeiro, em 1967, sai também de Portugal rumo a França, deixando a Ângelo Barreto todos os contactos que possuía em Beja¹⁰.

É a partir de Paris que José Janeiro, militante da célula Pulido Valente, juntamente com Aires Rodrigues, e membro da Comissão Central do CMLP saída da II Conferência, efectuada de 9 a 10 Novembro de 1968, faz a ligação com Ângelo Barreto em Beja, pessoalmente, em encontro realizado em Huelva, Espanha, e mais regularmente através da sua namorada que, com assiduidade, transporta diversos materiais para Ângelo Barreto que, posteriormente, os distribui pelos seus contactos os quais, nas vésperas da realização do Congresso constitutivo do PCP (m-l), que ocorre em Paris de 19 a 21 de Agosto de 1970, são, segundo depoimento do próprio, cerca de sessenta distribuídos geograficamente por Beja, Amareleja (freguesia de Moura) e a margem Sul do Tejo (Barreiro, Cova da Piedade e Almada), para onde tinham migrado muitos alentejanos, nomeadamente da Amareleja. De entre estes contactos assume especial relevo um grupo de operários da cidade de Beja, liderados por Joaquim Lemos, chefe da carpintaria da firma Pinto Caeiro¹¹.

Com José Janeiro já afastado do CMLP, o que acontece em 1969, Ângelo Barreto segue para França nas vésperas do Congresso constitutivo do PCP (m-l) onde, depois de apresentar a Eduíno Gomes um relatório circunstanciado sobre os seus contactos, que configuram a possibilidade de criação duma organização regional do Sul do PCP (m-l), participa no congresso, onde é eleito membro do Comité Central, juntamente com Carlos Janeiro e Eduíno Gomes¹².

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Ângelo Barreto, entrevista, Verão de 2018.

¹² Idem.

De novo em Portugal, Barreto/Ortigão continua a sua actividade política no distrito de Beja e na margem Sul no sentido de criar a Organização Regional Sul do PCP (M-L), regressando a Paris no final do ano de 1971.

Apesar de Carlos Janeiro ter regressado no mesmo ano a Portugal, estranhamente não são reatados os contactos no distrito de Beja feitos por Ângelo Barreto, o que só acontece a seguir a 25 de Abril de 1974, com a chegada a Portugal deste dirigente do PCP (ml), facção Mendes, uma vez que tinha havido uma cisão com Eduíno Gomes, em vésperas de Abril de 1974, de que resulta, como já foi referido, dois partidos comunistas marxistas-leninistas.

Deste reatar de contactos realizados por Ângelo Barreto surgem, logo em 1974 três Comissões de Unidade Popular, uma em Beja, outra na Amareleja e outra em Moura, iniciando-se com elas a acção política do movimento marxista-leninista no Baixo Alentejo nos pós 25 de Abril de 1974. À acção das CUP, junta-se, a partir de Fevereiro de 1975, a da UDP, com a constituição do primeiro núcleo num bairro pobre situado nos arredores de Beja, o bairro da Esperança, a que se sucede o núcleo de Beja, com abertura de sede no centro da cidade a 1 de Abril de 1975¹³.

O CAV, com forte influência junto da juventude de Baleizão, que se organiza em torno da sociedade recreativa e do clube e futebol local, desenvolve, por todo o Verão de 1974, uma acção em torno de dois objectivos: a) manter viva a memória de Catarina Eufémia, assassinada pelo tenente Carrajola da GNR, a 19 de Maio de 1954, numa herdade de Fernando Nunes Ribeiro, Governador Civil de Beja à data do 25 de Abril, apelando ao julgamento dos responsáveis pelo seu assassinato e b) mobilizar os assalariados rurais para a luta em torno de melhores condições de vida¹⁴.

Quanto ao primeiro aspecto organizam a homenagem a Catarina Eufémia para 19 de Maio de 1974 no contexto da qual pretendem levar o povo de Baleizão a ocupar a herdade onde esta tinha sido assassinada, o que não conseguem, uma vez que perdem o controlo da manifestação para o PCP que a transforma, através do MDM, numa homenagem nacional a esta assalariada rural alentejana, com milhares de pessoas presentes.

Na prossecução do segundo objectivo – mobilizar os trabalhadores do campo para luta por melhores condições de vida, uns dias antes, a 15 de Maio, organizam um plenário do povo de Baleizão onde, segundo o *Diário de Lisboa* do dia seguinte, estão presentes cerca de quinhentos trabalhadores. Aqui se decide ocupar a Casa do Povo, o que vem a acontecer, eleger

¹³ Relatório de balanço de funcionamento do núcleo da UDP de Beja, 1975. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

¹⁴ António Palminha, entrevista, Verão de 2016.

uma comissão pró-sindicato dos trabalhadores rurais, o que é feito na altura, tendo como sede a Casa do Povo ocupada, e aprovar um caderno reivindicativo dos trabalhadores do campo assente nos seguintes seis pontos: 1 – Salário mínimo de 6.000 escudos mensais, pagos ao mês e não à semana; 2 – 40 horas semanais de trabalho distribuídas por cinco dias da semana; 3 – Subsídio de férias; 4 – 13.º mês; 5 – Reforma aos 55 anos; 6 – Controle da escrita das casas da lavoura pelos trabalhadores através do sindicato¹⁵.

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, impulsionado pelo PCP, que surge, mais tarde, a partir da Comissão Pró Sindicato da Freguesia de Pias, e que faz a sua primeira reunião à escala distrital a 2 de Junho de 1974¹⁶, isola este movimento associativo dos trabalhadores agrícolas da freguesia de Baleizão, apelidando-os de radicais esquerdistas, e avança com um caderno reivindicativo mais recuado – jorna diária de 170\$00 para os homens e 120\$00 para as mulheres e semana de 44 horas, com o qual vai negociar com a ALA (Associação Livre de Agricultores) as primeiras convenções de trabalho rural de âmbito concelhio¹⁷.

Sem estrutura organizativa no campo, mas com apoio junto de parte da juventude de Baleizão, o Comité Alentejo Vermelho, de Junho de 1974 até à sua dissolução em Fevereiro de 1975, dedica-se em exclusivo à agitação e propaganda junto dos trabalhadores rurais, o que faz através da publicação de sete comunicados que distribui pelo Baixo e Alto Alentejo, produzidos numa pequena tipografia clandestina instalada no monte do pai de António Palminha, líder do CAV¹⁸.

¹⁵ Cf. *Diário de Lisboa*, de 16/05/74.

¹⁶ Cf. Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas (STA) do distrito de Beja, de 04/06/74 – Arquivo STA do distrito de Beja.

¹⁷ Cf. Comunicado do STA do distrito de Beja, de 18/06/74 – Arquivo do STA do distrito de Beja.

¹⁸ O 1.º comunicado é datado de Junho de 1974 e propõe um caderno reivindicativo dos assalariados rurais e tractoristas para o período das ceifas; o 2.º comunicado, também de Junho, tece considerações sobre a reforma agrária; o 3.º comunicado, de Julho de 1974, propõe um caminho de luta aos assalariados rurais após o fim das convenções de trabalho de base concelhia, assinadas especificamente para o período das ceifas de 1974; os 4.º e 5.º comunicados, de Setembro de 1974, apontam como caminho da luta dos trabalhadores agrícolas as reivindicações por aumentos salariais, pelo fim dos despedimentos e pelo cultivo das terras abandonadas; o 6.º comunicado, de Janeiro de 1975, defende-se a expropriação do latifúndio e no 7.º comunicado, de 1 de Fevereiro de 1975, aponta-se como caminho para o desemprego nos campos a reforma agrária. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

3. A acção dos grupos m-l no distrito de Beja de 25 de Abril de 1974 a Dezembro de 1975.

De Abril de 1974 a Dezembro de 1975 a acção dos grupos marxistas-leninistas no distrito de Beja desenvolve-se, no essencial, em seis frentes: na frente da agitação e propaganda; na frente antifascista; na frente operária; na frente da luta dos moradores; na frente estudantil e na frente cultural.

3.1 Frente de Agitação e Propaganda

Com dificuldades de implantação nos movimentos de massas, parte importante da actividade dos grupos m-l no distrito fica confinada a acções de agitação e propaganda, traduzidas na produção, divulgação e distribuição de numerosos comunicados, cujas temáticas dominantes são a situação política nacional, acontecimentos locais que não influenciam politicamente, críticas contundentes à acção do PCP na região e aspectos relacionados com a unificação dos grupos m-l no quadro da necessidade apontada de reconstrução do verdadeiro partido comunista.

Neste âmbito de agitação e propaganda salienta-se ainda a edição de algumas publicações de vida efémera, casos, por exemplo do jornal “Alentejo Vermelho” que, embora não dependendo do núcleo de Beja da UDP, é feito por esta estrutura partidária e o boletim “O Farol”, publicação do núcleo de empresas da UDP da cidade de Beja.

A actividade do “Comité Alentejo Vermelho, como foi referido, é um bom exemplo desta acção de agitação e propaganda desligada de qualquer implantação no movimento de massas. De facto, de Junho de 1974 a Fevereiro de 1975, através de sete comunicados, a que chama apelos, divulgados pelos três distritos do Alentejo, o CAV, sem ligação ao movimento social dos assalariados rurais, não só teoriza sobre a reforma agrária, como aponta qual o caminho de luta a seguir pelos trabalhadores agrícolas, avançando mesmo com um caderno reivindicativo da classe.

3.2 Frente Antifascista

Na frente antifascista, o movimento m-l desenvolve no distrito de Beja a sua acção em torno de três bandeiras: Libertação do tractorista José Diogo; Libertação do dirigente do PCP (m-l), facção Mendes, Ângelo Barreto (Ortigão) e impedimento da transferência/saneamento do subdelegado do Ministério do Trabalho da delegação de Beja, Manuel Pegado.

No contexto duma discussão, José Diogo, tractorista, esfaqueia a 30 de Setembro de 1974, o patrão que o tinha despedido uma semana antes, Columbano Líbano Monteiro, ex-presidente da Câmara Municipal de Castro Verde durante catorze anos, distribuídos pelas décadas de 1940 e 1950, o qual, uns dias mais tarde, vem a falecer em Lisboa. José Diogo, acusado de homicídio, dá entrada na prisão de Beja, aguardando aí julgamento.

Com o silêncio do PCP e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja, entidades a quem José Diogo pede apoio, o Comité Alentejo Vermelho assume a defesa política do tractorista de Castro Verde, envolvendo nisso, a partir de Novembro de 1974, os Jornais “Voz do Povo” e “A Verdade”. Assim, em finais de 1974, José Diogo é bandeira política da UDP e do PUP a que se juntam mais tarde a FEC (M-L) – Frente Eleitoral dos Comunistas (Marxista – Leninista), a AEPPA – Associação de Ex-Pre-sos Políticos Antifascistas, que se encarrega da defesa Jurídica e o GAC – Grupo de Acção Cultural “Vozes na Luta”.

Antecedida de duas sessões de “cantos populares”, realizadas em Beja e Moura no dia 1 de Maio de 1975, efectua-se em Castro Verde, a 11 deste mês, organizada pela AEPPA e pela UDP, uma sessão de música e teatro com o GAC que culmina numa manifestação que percorre as principais artérias da Vila, contando com a presença de mais de mil pessoas, segundo relato da “Voz do Povo”. É esta mobilização popular de apoio a José Diogo que obriga ao adiamento do julgamento de 12 de Maio para 8 de Junho e à sua transferência de Ourique para Lisboa.

Em Maio de 1975, Ângelo Barreto, no âmbito da sua actividade política na margem esquerda do Guadiana, é preso à guarda do COPCON, em Pinheiro da Cruz, por, juntamente com outros camaradas, ter afixado na Amareleja, junto às assembleias de voto para a Assembleia Constituinte, cartazes com os nomes dos fascistas locais e informadores da polícia política do Estado Novo, apelando à população para os não deixar votar.

O movimento de solidariedade organizado pelo CMLP e pela UDP, trazido na realização de comícios e de abaixo assinados, conduz à libertação de Ângelo Barreto cerca de um mês depois da sua prisão¹⁹.

No contexto da greve geral nacional dos operários da construção civil pela assinatura do novo Contrato Colectivo de Trabalho, iniciada a 10 de Novembro de 1975, dia 12, à semelhança do que acontece em diversos pontos do país, e que em Lisboa conduz ao cerco do Parlamento, realiza-se em Beja uma manifestação que tem o apoio do Subdelegado do Ministério do Trabalho, Manuel Pegado, simpaticante da LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária), que abre as portas da delegação aos operários em

¹⁹ Ângelo Barreto, entrevista, Verão de 2018.

luta²⁰. Esta atitude de desobediência às directrizes do ministro do Trabalho do VI Governo Provisório, Tomás Rosa, conduz, após o 25 de Novembro, à transferência/saneamento de Manuel Pegado da delegação de Beja do ministério do Trabalho.

Liderado pela delegação de Beja do Sindicato da Construção Civil, cuja direcção é constituída por alguns dirigentes locais do CMLP, desenvolve-se um importante movimento de apoio a Manuel Pegado cujo ponto alto é, com o boicote do PCP e o afastamento do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, o maior sindicato do distrito, afecto a este partido, a realização duma manifestação na cidade de Beja, a 24 de Fevereiro de 1976, convocada por cinco delegações de sindicatos sediadas na capital do Baixo Alentejo, vinte e uma Comissões de trabalhadores e delegados sindicais de empresas industriais e de serviços existentes na cidade, quatro cooperativas, uma das quais de assalariados rurais, nove comissões de moradores e pelo secretariado da Inter – Comissões de Moradores de Beja²¹.

Esta acção do movimento m-l em torno destas três bandeiras dá-lhe grande visibilidade política, nomeadamente à UDP, contribuindo de forma significativa para a sua afirmação política e crescimento organizativo no distrito.

3.3 Frente Operária.

Integrando, em 1974, a Comissão de Unidade Popular de Beja, constituída a partir dos contactos de Ângelo Barreto (Ortigão), encontram-se quatro operários prestigiados da cidade, Joaquim Lemos, António Freitas, Serafim e José Julião, este último também membro da direcção nacional do PUP.

É este núcleo, a que se junta mais tarde o operário metalúrgico da UDP, António Linhaça, que vai implantar o movimento m-l no seio da classe operária da capital do Baixo Alentejo conquistando a direcção da delegação de Beja do Sindicato da Construção Civil e influenciando a maior parte das comissões de trabalhadores que se formam nas várias oficinas e empresas de construção civil da cidade, com isto disputando ao PCP a liderança do movimento operário bejense²².

Na afirmação inicial da corrente m-l no seio do operariado da construção civil do concelho de Beja tem papel importante a luta que se desenvolve na

²⁰ Cf. Comunicado, sem data, dos “operários da Construção Civil reunidos em Plenário com o apoio da Secção do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Beja”. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

²¹ Cf. Comunicado, de 20/02/75. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

²² Joaquim Lemos, entrevista, Verão de 2018.

obra do matadouro de Beja da firma A. Silva & Silva do Seixal, com início em Junho de 1974, primeiro contra a imposição de um horário de trabalho de 48 horas em cinco dias e, depois, pela reintegração de três trabalhadores despedidos, um dos quais membro da Comissão Pró-Sindical dos Operários da Construção Civil do Distrito de Beja que, entretanto, se constitui impulsionada, entre outros, por Joaquim Lemos da CUP de Beja²³.

Estrutura organizativa do movimento m-l no distrito de beja 1974-1975

1974	1975
Comissão de Unidade Popular de Beja (PUP).	Célula de Baleizão da CARP (m-l) (Fevereiro).
Comissão de Unidade Popular de Moura (PUP).	Grupo Popular de Vigilância Antifascista Catarina Eufémia – Baleizão (Março).
Comissão de Unidade Popular de Amareleja (PUP).	Núcleos da UDP do Bairro da Esperança, Beja (Fevereiro); Beja, cidade (Abril), Baleizão (Junho), Serpa (Julho), Pias (Novembro) e Neves, Beja.
Comité Alentejo Vermelho – Baleizão.	Núcleo de empresas da UDP de Beja (Julho).
	Comissão distrital de Beja da UDP.
	Células da ORPC m-l de Pias (Outubro), Baleizão e Beja (Novembro).
	Célula de Beja do CMLP (Novembro).
	Comité de Zona de Beja do CMLP (Dezembro).
	Comité Sub-regional de Beja da ORPC m-l.

Fonte: Arquivo da UDP do distrito de Beja

Hegemonizando a direcção da delegação de Beja do Sindicato da Construção Civil durante o ano de 1975, que partilha com elementos afectos ao PCP, a corrente m-l lança, em Outubro deste ano, a bandeira de luta pelas 40 horas de trabalho e dirige a greve de Novembro pela assinatura do novo Contrato Colectivo de Trabalho onde em plenários com cerca de 2.000 operários faz aprovar moções onde constam as palavras de ordem do movimento m-l como a defesa da “República Popular dos Operários e Camponeses Pobres”²⁴.

²³ *A Verdade*, de 20/07/74. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

²⁴ Cf. Comunicado, sem data, dos “operários da Construção Civil reunidos em Plenário com o apoio da Secção do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Beja”. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

É esta implantação no seio do operariado da construção civil do concelho de Beja que permite à corrente m-l apresentar, em 9 de Janeiro de 1976, uma lista autónoma à direcção da delegação do sindicato, que ganha, tendo como membros da direcção, Joaquim Lemos (Presidente) e António Freitas, na altura, respectivamente, 1.º e 2.º secretários do Comité Regional do Alentejo e Algarve do PCP (R)²⁵.

3.4 Frente da luta dos moradores.

No âmbito do processo revolucionário subsequente ao golpe militar de 25 de Abril de 1974 emergem, por iniciativa do povo, um conjunto diversificado de organizações populares de base destinados à defesa dos seus interesses. Na cidade de Beja e em outras localidades do distrito, nomeadamente Serpa e Moura, rapidamente se constituem Comissões de Moradores em cuja dinâmica se encontra uma forte influência, em 1975, do PUP/CMLP e da UDP, bem como do MES e do PRP (BR).

Desenvolvendo uma luta pela habitação, traduzida, entre outros aspectos, na ocupação de casas devolutas, fora do controle da Comissão Administrativa da Câmara, hegemónizada pelo MDP/CDE, as Comissões de Moradores de Beja afirmam-se como contrapoder em relação ao Estado Burguês e definem, em documento datado de Outubro de 1975, como seu objectivo “a construção do Poder Popular, avançando para a revolução socialista, preparando os trabalhadores para a tomada do poder a todos os níveis”²⁶.

É este posicionamento político das Comissões de Moradores dos bairros pobres do Pelame, Boa Esperança, Apariça, na cidade de Beja e do seu secretariado, de forte influência m-l, que é bastante criticado pelo Governador Civil, Major Brissos de Carvalho, Comissão Administrativa da Câmara e PCP que, em comunicado de 9 de Julho de 1975, estabelece com clareza qual deve ser o papel da Comissões de Moradores e que é o de desenvolver “actividade em íntima ligação com as câmaras, juntas de freguesia e MFA”²⁷.

Com a queda do V Governo Provisório, as Comissões de Moradores da cidade de Beja desenvolvem uma intensa actividade política de combate ao

²⁵ Cf. Lista A e programa – Contra o Fascismo e o Capital, por um Sindicato Operário Forte, Unido e Combativo, concorrente às eleições, de 9 Janeiro de 1976, do Sindicato da Construção Civil – Distrito de Beja (Secção de Beja). Arquivo da UDP do distrito de Beja.

²⁶ Cf. Proposta de Trabalho Apresentada pelo Secretariado à Inter-Comissões de Moradores de Beja, de 17/10/75. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

²⁷ Cf. Comunicado da Comissão Concelhia de Beja do PCP, de 09/07/75. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

VI Governo Provisório e ao resvalar do País para a direita, cujo ponto mais alto é a convocação duma manifestação, pelos secretariados das Inter-Comissões de Moradores e Trabalhadores de Beja e pelos soldados da Base Aérea n.º 11, contra a política de ataque aos direitos dos trabalhadores e à reforma agrária, para 1 de Outubro de 1975²⁸, que, com o PCP e as organizações dos trabalhadores que controla em silêncio, tem o apoio dos soldados do RAB (Regimento de Artilharia de Beja), da Comissão Distrital de Beja da UDP²⁹, bem como da Direcção da Organização Regional do Alentejo do CMLP e do Comité Sub-Regional de Beja da ORPC (M-L)³⁰.

No rescaldo da manifestação, perante a ameaça de sanções, por parte do comandante da Base Aérea n.º 11, sobre cerca da meia centena de soldados que nela tinham participado fardados, o povo de Beja concentra-se, dia 2, junto ao portão da Base, exigindo garantias de não repressão sobre os militares. A adesão do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja a esta exigência e a convocação de uma greve no Baixo Alentejo para dia 3 obrigam o comandante da Base Aérea a recuar, o que se traduz numa vitória importante do movimento m-l no distrito³¹.

3.5 Frente estudantil e cultural

A luta dos alunos do liceu nacional de Beja, iniciada a partir de Novembro de 1974, liderada pela UEC (União de Estudantes Comunistas), contra a Comissão de Gestão da escola³², que integra professores com ligações ao regime fascista, à medida que se radicaliza vai fazendo emergir, como líderes do movimento estudantil, um conjunto de alunos com ligações à UDP.

A contestação, por parte da UEC, da decisão da RGA (Reunião Geral de Alunos), de 22 de Fevereiro de 1975, em convocar uma greve com a exigência de saneamento dos professores comprometidos com o regime anterior, da adopção de novas matérias, de novos processos pedagógicos e de

²⁸ Cf. Comunicado do Secretariado Inter-Comissões de Trabalhadores, do Secretariado Inter-Comissões de Moradores e dos Soldados da BA n.º 11, sem data. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

²⁹ Cf. Comunicado da Comissão Distrital de Beja da UDP, de 01/10/75. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

³⁰ Cf. Comunicado conjunto da Direcção da Organização Regional do Alentejo do CMLP e do Comité Sub-Regional de Beja da ORPC (M-L), de 30/09/75. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

³¹ *A Verdade*, de 11 a 16 de Outubro de 1975. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

³² *Diário do Alentejo*, de 13/11/74.

avaliação, bem como a suspensão do despacho que fixava em 12 e 14 valores a dispensa aos exames, respectivamente, dos 5.º e 7.º anos, faz com que aquela organização de jovens do PCP perca a influência junto dos estudantes³³.

A oposição do PCP à greve, apresentada como uma manobra da reacção, traduzida na mobilização de parte da classe operária de Beja contra os alunos do Liceu, de que resultam confrontos violentos entre trabalhadores e estudantes, e no cerco da escola por forças militares e policiais, com o impedimento da entrada dos alunos no estabelecimento de ensino³⁴, catapultam o comité de greve, constituído por alunos ligados à UDP, ao MES e por um grupo de alunos auto intitulado de anarquista, a líder incontestado do movimento estudantil e isola o PCP junto dos estudantes que são provenientes de todo o distrito, o que facilita o desenvolvimento de projectos culturais hegemonizados por forças políticas à esquerda do PCP, com papel de destaque para a UDP.

De entre estes projectos culturais destacam-se a Comuna Cultural de Aljustrel, publicando o boletim “O Companheiro”, o Movimento Cultural da Juventude Louredense, da Boavista, publicando o boletim “Juventude Alerta” e o Centro Revolucionário de Cultura e Recreio, em Serpa.

Todos estes projectos culturais assentam na criação de grupos de teatro, na constituição de bibliotecas e na realização de cursos de alfabetização e têm como objectivo, como se refere no n.º 2 do “Companheiro”, “lutar pela cultura popular como factor indispensável para uma verdadeira conquista do poder pelas massas trabalhadoras”.

4. Conclusão

Desta narração sumária da acção do movimento m-l no distrito de Beja, de 25 de Abril de 1974 a Dezembro de 1975, é possível retirar, grosso modo, três grandes conclusões, a saber:

1 – A existência duma corrente m-l, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, fruto de trabalho político anterior, integrada por operários respeitados da cidade de Beja nos sectores metalúrgico e da construção civil, permite a esta corrente política participar desde o início na formação do Sindicato da Construção Civil, bem como na edificação de comissões de trabalhadores e de moradores em alguns bairros de Beja e em algumas outras localidades do distrito, o que impede o PCP de ganhar total hegemonia nestas organizações populares de base.

³³ *Idem*, de 25/02/75.

³⁴ *Idem*, de 26/02/75 e 27/02/75.

2 – Concomitantemente com esta situação, a política moderada do PCP, traduzida no não apoio e mesmo no travar das lutas dos trabalhadores, expressa na “Plataforma de Emergência”, aprovada no seu VII Congresso, de 20 de Outubro de 1974, que visa reforçar a aliança com os militares e obter o apoio das classes intermédias, reforça a posição do movimento m-l nas organizações onde se encontra, ampliando a sua base social de apoio. O caso da luta dos alunos do Liceu Nacional de Beja é a este título paradigmático.

3 – No entanto, e apesar desta força real do movimento m-l, ele sofre de uma enorme fragilidade e que é a de se encontrar praticamente à margem do movimento social dos assalariados rurais (19,2% da população residente no distrito e 77% da população activa agrícola), que durante este período, no Baixo Alentejo, ocupa cerca de 320 mil hectares de terra, instalando aí novas unidades de produção geridas colectivamente pelos trabalhadores. De facto, só em Junho de 1975 se realiza, em Évora, o I Encontro dos Trabalhadores do Campo da UDP onde se juntam quarenta operários agrícolas para debaterem a questão das ocupações e da reforma agrária.

Esta situação só começa a inverter-se, a partir de 1976, com a constituição do Partido Comunista Português (Reconstruído) (PCP (R), num quadro em que o movimento social dos assalariados rurais passa à defensiva. Um esforço realmente importante, no sentido da implantação do movimento m-l junto dos assalariados rurais, surge com a constituição do Comité de Zona do Campo do PCP (R), em Fevereiro de 1976, num contexto em que a direcção política do Alentejo e Algarve do partido está entregue a uma única estrutura partidária. O salto qualitativo só acontece, no entanto, com a formação, a partir de Agosto deste ano, do Comité Regional de Beja “Catarina Eufémia” e com a constituição dum Activo de Assalariados Rurais a funcionar em ligação directa à Comissão Política do Comité Central do partido³⁵.

Com a manutenção da influência política junto dos operários da construção civil de Beja, de que é exemplo a vitória nas eleições para a direcção, em 1978, mas como uma quebra dessa mesma influência nas organizações populares de base da cidade, caso das comissões de moradores, em grande parte motivado pelas dissensões no interior dos Grupos de Dinamização de Unidade Popular (GDUPs), cujos resultados nas eleições locais de Dezembro de 1976 são catastróficos, com a eleição de apenas dois candidatos em todo o distrito – Assembleia de Freguesia de Ervidel (Aljustrel) e de S. João Baptista (Moura)³⁶ –, o PCP (R) avança no sentido da sua ligação ao movi-

³⁵ Cf. Comunicado do Activo de Assalariados Rurais do Partido Comunista Português (Reconstruído), Agosto de 1976. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

³⁶ Cf. eleicoes.cne.pt

mento social dos assalariados rurais, agora na defensiva, ou seja, na resistência às desocupações e entrega de reservas.

Este processo, que em muito vai ser facilitado pela apresentação, por parte da UDP, em 1977, através do deputado da UDP, Acácio Barreiros, de um projecto de lei sobre a reforma agrária alternativo à chamada “Lei Barreto” e pelo controlo político sobre uma cooperativa de produção agrícola, a Cooperativa Estrela do Mira, com 718 hectares, localizada na freguesia de Sabóia, concelho de Odemira, vem traduzir-se, em 1977 e 1978, na constituição de diversas células do partido de assalariados rurais, casos, por exemplo, de Odemira, Vidigueira, Aldeia Nova de S. Bento, Aljustrel, Castro Verde e Baleizão³⁷.

Este processo de implantação do PCP (R) no seio dos assalariados rurais tem um dos seus pontos altos na realização, em Évora, em Novembro de 1977 e Outubro de 1978 de encontros da UDP sobre a reforma agrária. As conclusões do primeiro encontro revelam já um movimento m-l conhecedor dos problemas políticos, económicos e sociais relacionados com as novas unidades de produção geridas colectivamente pelos trabalhadores, sobresaindo, no documento aprovado, a apresentação aos assalariados rurais de uma estratégia de luta de resistência à aplicação da “Lei Barreto”, uma chamada de atenção para a falta de democracia interna nas Unidades Colectivas de Produção (UCP) e Cooperativas e a explicitação de um caderno reivindicativo contendo, entre outros pontos, a defesa de um mês de férias, subsídio de férias e 13.º mês para os trabalhadores e trabalhadoras do campo³⁸.

A lista concorrente à direcção do sindicato dos rurais do distrito de Beja, de 25 de Março de 1978, onde pontificam militantes do PCP (R) e do MES e que tem na sua Comissão Promotora 20 assalariados rurais com funções de destaque no movimento social dos trabalhadores agrícolas, que vão desde delegados sindicais até dirigentes de Cooperativas, passando por membros de secretariados de Uniões de Cooperativas, sendo subscrita por 653 trabalhadores, mais 23 que o número exigido nos estatutos, é outro dos pontos altos da implantação do PCP (R) no Baixo Alentejo³⁹.

O facto de a lista não ter sido aceite pela chamada “Comissão de Elegibilidade do Sindicato”, com a justificação de que a candidatura sofria de

³⁷ Ver comunicados destas células do PCP (R). Arquivo da UDP do distrito de Beja.

³⁸ Cf. Conclusões do Encontro da UDP Sobre Reforma Agrária, Évora, 27/11/77 e Encontro (Extraordinário) Sobre a Reforma Agrária, Évora, 28/10/78. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

³⁹ Cf. Manifesto de apresentação da lista concorrente às eleições do STA do distrito de Beja, de 25 de Março de 1978, que inclui os nomes da Comissão de Promotora. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

irregularidades várias, pelo que não foi a votos, não invalida a importância política de que se revestiu para o movimento m-l⁴⁰.

Este ciclo crescente de implantação do PCP (R) no seio dos trabalhadores agrícolas, correspondendo ao 2.º semestre de 1976 e aos anos de 1977 e 1978, que é o período do ataque mais intenso à reforma agrária, no sentido do seu desmantelamento, vai entrar em retrocesso a partir do III Congresso, de 1979, onde no âmbito da sua preparação são expulsos 4 membros do Comité Central acusados de liderarem uma fracção organizada no interior do partido⁴¹.

Em termos de conclusão final uma nota para sublinhar a importância da corrente m-l no distrito de Beja, em termos do contributo que dá para o desenvolvimento de um forte movimento popular que a seguir a Abril de 1974, sem esperar por qualquer outorga, conquista na rua todos os direitos e liberdades mais tarde consagrados na Constituição da República Portuguesa de 1976, marca genética do processo de transição em Portugal da ditadura para a democracia.

Bibliografia

CARDINA, Miguel, *Margem de Certa Maneira, o Maoismo em Portugal 1964-1974*. Tinta-da-China, Lisboa, 2011.

Arquivos

Arquivo da UDP do distrito de Beja.

Jornais

Diário do Alentejo, anos de 1974 e 1975.

Diário de Lisboa, ano de 1974.

A Verdade, anos de 1974 e 1975.

Voz do Povo, anos de 1975 e 1979.

⁴⁰ Cf. Comunicado do STA do distrito de Beja, de 20/03/78 e da lista concorrente, de 22/03/78. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

⁴¹ A este propósito ler Comunicado do Comité Central do PCP (R), de 16/04/1979 e a *Voz do Povo*, de 19/04/79. Arquivo da UDP do distrito de Beja.

Entrevistas

Ângelo Barreto, Verão de 2018.

António Manso, Verão de 2018.

António Palminha, Verão de 2016.

José Janeiro, Verão de 2018.

Joaquim Lemos, Verão de 2018.

Constantino Piçarra

É director do museu da Ruralidade, bibliotecário de leitura pública e professor do ensino secundário. Possui o grau de mestre em História do século XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Faculdade da Universidade Nova de Lisboa e tem em fase de conclusão, na mesma Faculdade, uma tese de doutoramento sobre as políticas agrárias desenvolvidas no país de 1975 a 1977. Tem publicado diversos textos sobre a questão agrária no pós-25 de Abril de 1974 e sobre a I República. É investigador do IHC – Instituto de História Contemporânea.